



Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro

Ano 4, nº 38, janeiro de 2009



Banco Central e Responsabilidade Social

Sergio Almeida de Souza Lima¹

A relação do Banco Central do Brasil (Bacen) com a sociedade caminha rumo à transparência e ao diálogo, no esteio do processo de redemocratização do país e também de uma mudança global em termos da relação do Estado com a sociedade. O Bacen possui responsabilidade social singular, relativamente a outras organizações, sejam públicas ou privadas. Ademais, a responsabilidade social do Bacen é diferente da de outros bancos centrais clássicos². Como órgão regulador e supervisor do sistema financeiro, o Bacen busca estabelecer padrões de funcionamento para as instituições financeiras, sempre alinhados às melhores práticas nacionais e internacionais, que hoje são impregnadas de preocupações socioambientais³.

Os crescentes problemas socioambientais e a propagação da idéia de corresponsabilização de diferentes atores sociais na busca de soluções em todo o mundo têm exigido do sistema financeiro mais comprometimento com o desenvolvimento sustentável. Em decorrência das pressões sociais e de investidores, o mercado financeiro tem percebido que as variáveis social e ambiental devem ser consideradas na condução dos negócios, particularmente pelos riscos envolvidos nas operações de crédito e nos investimentos, tema já incorporado ao II Acordo de Capitais da Basileia. Assim, a *performance* financeira não é mais critério único no trato dos investimentos e na oferta de crédito.

Pelo lado do investimento, pode-se mencionar a criação de índices referenciados a papéis pertencentes a empresas consideradas sustentáveis, em seu sentido mais amplo – a título de exemplo, em 1999, o *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), da Bolsa de Nova Iorque e, em 2005, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), criado no Brasil pela Bovespa (atual BM&FBovespa) –, que evidenciam o envolvimento do mercado financeiro com a sustentabilidade.

Em relação ao crédito, os bancos passaram a utilizar critérios socioambientais na concessão de financiamentos, preocupação essa consubstanciada pela assinatura, em 2003, dos Princípios do Equador, com maciça adesão em todo o mundo, incluindo bancos brasileiros. Assim, instituições financeiras privadas e públicas, no Brasil e no mundo, têm caminhado no sentido de criar produtos e serviços articulados com esse movimento maior na sociedade, além de reposicionar suas estratégias empresariais na linha da sustentabilidade.

No âmbito internacional, são diversas instituições, inclusive órgãos e agências multi-laterais de financiamento, que possuem política de responsabilidade socioambiental e que incluem critérios socioambientais e de sustentabilidade em suas avaliações de crédito – Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), *Corporación Andina de Fomento* (CAF), Banco Europeu de Desenvolvimento, entre outros. Adicionalmente, há exemplos de órgãos reguladores e supervisores que orientam a supervisão bancária e as instituições financeiras sob sua subordinação a atentarem para as questões sociais e ambientais, especialmente sob o ponto de vista do risco. Com relação especificamente à política de responsabilidade socioambiental em bancos centrais, pode-se citar o Banco Central da Áustria, que possui política socioambiental institucionalizada pela diretoria e já possui certificação do *Eco-Management and Audit Scheme* (EMAS) e ISO 14001⁴.

¹ Secretário-Executivo do Banco Central do Brasil. Artigo publicado na Revista Por Sinal - Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central. Ano 6, n.26, janeiro de 2009.

² VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira. O Banco Central do Brasil. In ASHLEY, Patrícia Almeida (coord). *Ética e Responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002.

³ TOSINI, Maria de Fátima; VENTURA, Elvira Cruvinel F. A responsabilidade socioambiental de órgãos reguladores e o Banco Central do Brasil. In *Boletim de Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro*. Ano 2, nº 23, outubro de 2007. Disponível em: www.bcb.gov.br/?boletimrsa. Acesso em: 12 jan 09.

⁴ Idem ref. anterior.



Por outro lado, o governo tem sido demandado a ir além de suas políticas de comando e controle, passando a adotar práticas de responsabilidade social também internamente, em suas instituições. Como exemplo, o Decreto nº 5.940, de 2006, trata da necessidade de se efetuar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e destiná-los a associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis – o que indica uma preocupação tanto ambiental como social.

O Bacen está atento às mudanças, uma vez que elas criam um novo ambiente institucional, exigindo alterações tanto na regulação quanto na fiscalização das instituições financeiras, além de alterações na estrutura interna da instituição. Nesse cenário, em 2007, a Diretoria Colegiada aprovou novas orientações estratégicas, a vigorarem até 2011, incluindo a responsabilidade social como um valor organizacional. Além disso, a nova visão de futuro trata da importância da instituição para o desenvolvimento sustentável, sinalizando a necessária consolidação e o envolvimento nesse movimento: "O Banco Central, por sua atuação autônoma, pela qualidade dos seus produtos e serviços e pela competência dos seus servidores, será reconhecido cada vez mais como instituição essencial à estabilidade econômica e financeira, indispensável ao desenvolvimento sustentável do Brasil". É, portanto, a operacionalização da responsabilidade social das organizações, de forma geral, e do Banco Central, especificamente, um caminho para se atingir esse desenvolvimento, cujo conceito agrega as dimensões social, ambiental e econômica.

Mas, dadas as especificidades do Banco Central do Brasil, é necessário estabelecer debate visando definir e dimensionar sua responsabilidade social. Que ações caberiam ao Bacen? Quais são suas partes interessadas (*stakeholders*), a serem consideradas em suas políticas e ações? Até que ponto a instituição deve interferir na relação do sistema financeiro junto ao meio ambiente e à sociedade? Responder a essas perguntas e traçar um caminho para mais aprofundado e efetivo envolvimento da instituição com a sustentabilidade é o objetivo de projeto estratégico em andamento

no Bacen. Espera-se que o projeto produza impactos positivos internos e externos, ao definir e priorizar áreas em que a instituição pode e vai atuar rumo à sustentabilidade⁵, além de reforçar aquelas em que já atua.

A título ilustrativo, podemos citar como ações do Bacen que contribuem para o desenvolvimento sustentável: a) atuação no desenvolvimento das microfinanças, reconhecido instrumento de combate às desigualdades sociais, ao proporcionar o acesso de populações de baixa renda a serviços financeiros⁶; b) participação na Rede Nacional de Mobilização (COEP), desde sua criação em 1993; c) participação na criação e implementação da Estratégia Nacional de Educação Financeira, que reconhece a educação financeira como ferramenta de inclusão social, de melhoria da vida do cidadão e de promoção da estabilidade, concorrência e eficiência do sistema financeiro do país; d) por meio da Resolução nº 3.477, de 2007, o Conselho Monetário Nacional (CMN) obrigou as instituições financeiras a terem suas próprias ouvidorias, o que gera melhorias no atendimento e na solução de conflitos; e) no que se refere à dimensão ambiental, por meio da Resolução nº 3.545, de 2008, o CMN determinou que os bancos públicos e privados que operam com crédito rural passem a exigir dos produtores rurais, em área de floresta – bioma Amazônia, documento que comprove a regularidade ambiental. Essa resolução é um exemplo de que o sistema financeiro não pode funcionar à margem dos problemas sociais e ambientais, uma vez que, inevitavelmente, eles causam impactos negativos sobre o desenvolvimento econômico e sobre a saúde do sistema.

Realização: **Banco Central do Brasil (Dinor/Deorf)**
Editora responsável: **Elvira Cruvinel F. Ventura**
Contribuições/sugestões para o Boletim podem ser enviadas para gtrja.deorf@bcb.gov.br

⁵ O objetivo do projeto é a institucionalização de princípios e diretrizes para elevação do nível de maturidade organizacional relativo ao valor Responsabilidade Social.

⁶ A atuação do Bacen dá-se por três vias principais, no âmbito das microfinanças: cooperativas de crédito, correspondentes no país e microcrédito. Para cada uma delas, mas de forma integrada, o Bacen vem trabalhando no aperfeiçoamento normativo e na implementação de ações. Como exemplos, a divulgação e o debate das microfinanças no Brasil, via realização de seminários em todo o país, e a realização de projetos específicos para o cooperativismo.